

# SUMÁRIO

---

<b>ABREVIATURAS .....</b>	<b>XIX</b>
<b>CAPÍTULO 1 – OS DIREITOS SOCIAIS E SUA INDISSOCIABILIDADE .....</b>	<b>1</b>
1.1    Direito do Trabalho e Direito Previdenciário: ramos estanques ou indissociáveis?.....	3
1.2    Princípios inerentes ao Direito do Trabalho .....	6
1.3    Princípios inerentes ao Direito Previdenciário .....	10
1.3.1    Princípios constitucionais da Seguridade Social .....	13
1.3.2    Princípios específicos de Previdência Social.....	15
1.4    Os regimes previdenciários na ordem jurídica interna.....	18
1.5    Estrutura da Previdência Social: o INSS e o CRPS .....	19
<b>CAPÍTULO 2 – RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE SEGURO SOCIAL...</b>	<b>21</b>
2.1    A relação de trabalho e a filiação à Previdência Social.....	21
2.2    Situações atípicas: informalidade, trabalho infantil, trabalho escravo...	23
2.2.1    Trabalho de pessoas com idade inferior a 16 anos.....	23
2.2.2    O aposentado que retorna à atividade laborativa.....	25
2.2.3    Resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão .....	26
2.3    Inscrição de segurados.....	26
2.3.1    Inscrição de segurado <i>post mortem</i> .....	28
2.3.2    Inscrição de dependentes .....	31
2.3.3    A EC n. 103/2019 e o dependente inválido ou com deficiência ....	32
2.4    Manutenção e perda da qualidade de segurado .....	34
2.4.1    Disposições gerais pertinentes à perda da qualidade de segurado ...	35
2.4.2    Exigência de contribuição mínima para cômputo do período de graça .....	37
2.4.3    Verificação da manutenção da qualidade de segurado (período de graça) de acordo com as datas de recolhimentos vigentes.....	39
2.4.4    Reingresso ao RGPS e o cômputo da carência.....	40
2.5    A concessão do seguro-desemprego e suas repercussões .....	41
<b>CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO DE TRABALHO E AS CONTRIBUIÇÕES À SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>43</b>
3.1    Introdução ao tema .....	43

3.2	Contribuições dos segurados empregados (inclusive domésticos) e trabalhadores avulsos .....	46
3.3	Contribuição do segurado contribuinte individual .....	49
3.4	Contribuições das empresas.....	51
3.4.1	Contribuição sobre a “folha de pagamentos” .....	52
3.4.2	Contribuição para custeio dos riscos ambientais do trabalho (antigo SAT) .....	53
3.4.3	Contribuição das empresas sobre pagamentos feitos a contribuintes individuais .....	54
3.4.4	Contribuição adicional das instituições financeiras .....	54
3.4.5	Empresas optantes pelo sistema Simples .....	55
3.4.6	Contribuição devida pelos clubes de futebol profissional.....	55
3.4.6.1	Sociedade Anônima do Futebol (SAF).....	56
3.4.7	Contribuição do empregador rural constituído em pessoa jurídica .....	57
3.4.8	Empresas beneficiárias do programa de “desoneração da folha de pagamentos” .....	58
3.5	Contribuição do empregador doméstico.....	58
3.6	Inadimplemento e acréscimos moratórios .....	59
3.7	Decadência e prescrição em matéria de contribuições previdenciárias	60
3.8	Prova da regularidade fiscal – CND e CNDT .....	61
3.9	Obrigações acessórias – a GFIP.....	62
3.10	Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social .....	64
3.10.1	Atribuições do INSS e da Secretaria da RFB.....	64
3.10.2	Obrigações da empresa e demais contribuintes .....	65
3.10.3	Prazo de recolhimento das contribuições .....	67
3.11	Fato gerador, cumprimento e inadimplemento da obrigação no âmbito da Justiça do Trabalho .....	69
3.12	Cobrança das contribuições não vertidas: execução fiscal e na Justiça do Trabalho.....	73
3.12.1	A responsabilidade pelos recolhimentos – quem é o devedor?..	74
3.12.2	Dívida ativa e a execução fiscal.....	76
3.12.3	Execução na Justiça do Trabalho.....	86
3.12.3.1	Situação da União na lide trabalhista.....	86
3.12.3.2	Créditos executáveis .....	88
3.12.3.3	O procedimento da execução.....	90
3.13	Crimes contra a previdência e a sonegação de contribuições nas relações de trabalho .....	95

3.13.1	Apropriação indébita previdenciária .....	95
3.13.1.1	Tipo objetivo .....	97
3.13.1.2	Tipo subjetivo.....	97
3.13.1.3	Consumação e tentativa .....	98
3.13.1.4	Sujeito ativo .....	98
3.13.1.5	Sujeito passivo.....	99
3.13.1.6	Crime continuado.....	99
3.13.1.7	Ação penal .....	99
3.13.1.8	Extinção da punibilidade .....	100
3.13.1.9	Perdão judicial.....	103
3.13.1.10	Dificuldades financeiras.....	104
3.13.1.11	Princípio da insignificância .....	105
3.13.2	Sonegação de contribuição previdenciária.....	106
3.13.3	Falsificação de documento público .....	108
3.14	Considerações finais.....	109
<b>CAPÍTULO 4 – ACIDENTES DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS...</b>		<b>111</b>
4.1	Normas vigentes.....	112
4.2	Conceito de acidente do trabalho.....	114
4.3	Doenças ocupacionais.....	119
4.4	Nexo causal e concausalidade .....	123
4.5	Nexo epidemiológico.....	128
4.6	Contestação do nexo epidemiológico .....	131
4.7	A Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT).....	133
4.8	O requerimento de transformação de benefício comum em acidentário .....	135
<b>CAPÍTULO 5 – A INCAPACIDADE LABORATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CAMPO PREVIDENCIÁRIO.....</b>		<b>137</b>
5.1	A proteção jurídica ao trabalhador incapacitado .....	137
5.2	Auxílio por incapacidade temporária – comum e acidentário .....	137
5.2.1	Perícia médica .....	140
5.2.2	Concessão por análise documental.....	141
5.2.3	Concessão por medida judicial.....	141
5.2.4	Período de carência e o “limbo carencial” .....	142
5.2.5	Data de início do benefício .....	146
5.2.5.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	147

5.2.5.2	Restabelecimento do benefício.....	147
5.2.6	Renda mensal inicial .....	148
5.2.7	Manutenção do benefício durante o processo de reabilitação....	149
5.2.8	Cessação do benefício .....	150
5.2.8.1	Sistema “Data Certa” ou Cobertura Previdenciária Estimada (Copes) .....	150
Quadro-resumo – Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) .....		152
5.3	Aposentadoria por incapacidade permanente .....	154
5.3.1	Período de carência .....	156
5.3.2	Data de início do benefício .....	156
5.3.3	Renda mensal inicial .....	157
5.3.4	Suspensão e cessação do benefício .....	159
5.3.5	Mensalidades de recuperação .....	161
Quadro-resumo – Aposentadoria por incapacidade permanente .....		163
5.4	Auxílio-acidente .....	165
5.4.1	Beneficiários .....	166
5.4.2	A seqüela definitiva como fato gerador do direito ao benefício....	167
5.4.3	Período de carência .....	168
5.4.4	Data de início do benefício .....	168
5.4.5	Renda mensal inicial .....	169
5.4.6	Suspensão e cessação do benefício .....	169
Quadro-resumo – Auxílio-acidente .....		171
5.5	Pagamento dos honorários periciais e requisitos da petição inicial em ações de benefícios por incapacidade.....	173

**CAPÍTULO 6 – OS EFEITOS DOS BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NO CONTRATO DE TRABALHO ..... 175**

6.1	Efeitos da concessão da prestação previdenciária por incapacidade ....	176
6.2	Indeferimento do benefício por incapacidade e seus efeitos no contrato de trabalho .....	179
6.3	Reabilitação profissional e repercussões trabalhistas .....	180
6.4	A estabilidade acidentária do trabalhador vítima de acidente.....	185
6.5	Aposentadoria por incapacidade permanente: efeitos no contrato de trabalho.....	191
6.6	Situação trabalhista e problemas ligados ao “limbo” jurídico.....	193
6.7	Pagamento de verbas trabalhistas vencidas em caso de incapacidade de longa duração.....	199

6.8	Benefício da Lei Maria da Penha .....	200
6.9	A Covid-19 e as situações de afastamento do trabalho.....	201
<b>CAPÍTULO 7 – RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR POR DANOS CAUSADOS AO TRABALHADOR.....</b>		<b>205</b>
7.1	Danos reparáveis.....	206
7.2	As disposições legais sobre a reparação de danos.....	207
7.3	Pressupostos para a reparação de danos.....	210
7.4	A prova dos danos a reparar.....	210
7.5	Indenização e pensionamento vitalício.....	211
7.6	Responsabilidade objetiva.....	214
7.7	A reparação de danos em caso de óbito.....	218
7.8	Prescrição da pretensão indenizatória .....	220
7.9	A prova pericial nas ações de indenização por acidente.....	221
7.10	A metodologia para investigação denexo causal – Resolução n. 2.323/2022 do Conselho Federal de Medicina.....	225
7.11	O juiz e a prova pericial.....	227
<b>CAPÍTULO 8 – DIREITOS RELATIVOS À FILIAÇÃO BIOLÓGICA E AFETIVA.....</b>		<b>231</b>
8.1	O salário-maternidade biológico e por adoção.....	232
8.1.1	Período de carência .....	235
8.1.2	Data de início e duração do salário-maternidade .....	235
8.1.3	Benefício em caso de adoção e guarda judicial .....	237
8.1.4	Extensão em casos de falecimento da gestante ou da pessoa adotante.....	238
8.1.5	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias – Programa Empresa Cidadã.....	238
8.1.6	Renda mensal inicial .....	240
8.1.7	Pagamento pelo empregador e restituição .....	241
8.1.8	Cessaçãodo benefício .....	242
8.1.9	Despedimento e pagamento pelo INSS .....	243
8.2	Garantia de emprego da gestante, da pessoa adotante e do supérstite.....	244
8.3	O direito de afastamento de atividade insalubre da gestante e da lactante.....	252
8.4	Salário-família.....	252
8.4.1	Período de carência .....	255
8.4.2	Data de início do benefício .....	255
8.4.3	Renda mensal inicial .....	255

8.4.4	Perda do direito.....	256
8.4.5	Aspectos trabalhistas.....	256

**CAPÍTULO 9 – A APOSENTADORIA E SEUS EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO ..... 259**

9.1	Introdução ao tema.....	259
9.2	O salário de benefício e a renda mensal inicial das aposentadorias.....	260
9.3	A aposentadoria programada.....	261
9.3.1	Beneficiários e Data de Início do Benefício (DIB).....	262
9.4	Aposentadoria por idade: urbana, rural e híbrida.....	263
9.4.1.	Aposentadoria por idade urbana.....	264
9.4.2.	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	265
9.4.3	Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	267
9.4.3.1	Renda Mensal Inicial (RMI).....	269
9.4.4	Data de início do benefício.....	269
	Quadro-resumo – Aposentadoria por idade.....	269
9.5	Aposentadoria por tempo de contribuição (extinta pela EC n. 103/2019)....	272
9.5.1	Beneficiários.....	274
9.5.2	Período de carência.....	276
9.5.3	Data de início do benefício.....	276
9.5.4	Renda mensal inicial.....	276
	Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição.....	277
9.6	Regras de transição com relação à aposentadoria por tempo de contribuição (EC n. 103/2019).....	280
9.7	Aposentadoria programada do professor.....	284
9.7.1	EC n. 103/2019 – Regras de transição da aposentadoria dos professores.....	287
9.8	Aposentadoria especial.....	290
9.8.1	Caracterização do tempo de atividade especial.....	291
9.8.2	Beneficiários.....	295
9.8.3	Comprovação do exercício de atividade especial.....	295
9.8.3.1	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).....	298
9.8.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	300
9.8.5	Período de carência.....	302
9.8.6	Data de início do benefício.....	303
9.8.7	Renda mensal inicial.....	304

9.8.8	Conversão do tempo especial .....	304
9.9	Regras de transição para a aposentadoria especial (EC n. 103/2019)...	306
	Quadro-resumo – Aposentadoria especial.....	307
9.10	Aposentadoria dos segurados com deficiência.....	312
9.10.1	Beneficiários .....	316
9.10.2	Período de carência .....	317
9.10.3	Renda mensal inicial .....	317
9.10.4	Data de início do benefício .....	317
	Quadro-resumo – Aposentadoria dos segurados com deficiência.....	318
9.11	Aposentadoria dos segurados de baixa renda.....	320
9.12	Aposentadoria e continuidade (ou não) do vínculo de emprego .....	321
9.12.1	Aposentadoria especial e o contrato de trabalho .....	326
9.12.2	Aposentadoria dos segurados com deficiência e o contrato de trabalho .....	328
9.12.3	Aposentadoria voluntária de empregados públicos e servidores regidos pela CLT .....	329
9.12.4	Aposentadoria compulsória dos empregados públicos .....	330
9.13	A estabilidade pré-aposentadoria.....	332

## **CAPÍTULO 10 – DIREITOS RELACIONADOS AO ÓBITO E À RECLUSÃO DO TRABALHADOR..... 335**

10.1	Dependentes no RGPS e o recebimento de haveres trabalhistas .....	335
10.1.1	Relações conjugais e afetivas com intuito de constituir família.....	340
10.1.2	Filhos e equiparados.....	343
10.1.3	EC n. 103/2019 e o menor sob guarda.....	344
10.1.4	EC n. 103/2019 e o dependente inválido ou com deficiência .....	345
10.1.5	Estudante universitário até os 24 anos.....	346
10.1.6	Outras hipóteses de perda da qualidade de dependente .....	346
10.1.7	Dependente designado.....	347
10.1.8	Divisão do benefício entre os dependentes.....	347
10.1.9	Comoriência.....	348
10.1.10	Dependência econômica presumida ou comprovada.....	348
10.1.11	Renúncia .....	350
10.2	Auxílio-reclusão e o contrato de trabalho .....	350
10.2.1	Período de carência .....	352
10.2.2	Data de início do benefício .....	353
10.2.3	Beneficiários .....	353

10.2.4	Renda mensal inicial .....	353
10.2.5	Causas de suspensão e extinção do auxílio-reclusão .....	354
	Quadro-resumo – Auxílio-reclusão.....	355
10.3	Pensão por morte .....	358
10.3.1	Requisitos para a concessão do benefício.....	359
10.3.2	Morte presumida .....	360
10.3.3	Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a previdência .....	361
10.3.4	Período de carência: não exigência .....	361
10.3.5	Habilitação de beneficiários .....	362
10.3.6	Tempo mínimo de convivência entre cônjuges e companheiros(as).....	364
10.3.7	Data de início do benefício .....	365
10.3.8	Renda mensal inicial .....	366
10.3.9	Cessaçã.....	367
10.3.10	Perda do direito à pensão por morte.....	369
10.3.11	Direito dos pensionistas ao recebimento de direitos previdenciários adquiridos em vida pelo trabalhador .....	370
	Quadro-resumo – Pensão por morte.....	370

**CAPÍTULO 11 – ASPECTOS PROCESSUAIS TRABALHISTAS DESTACADOS .... 377**

11.1	O Processo Judicial Eletrônico (PJe).....	377
11.2	Juízo 100% Digital na Justiça do Trabalho.....	379
11.3	Competência material da Justiça do Trabalho .....	380
11.4	Dissídios trabalhistas com conteúdo ligado a questões previdenciárias...	382
11.4.1	Ação de reconhecimento de vínculo para fins de prova no INSS...	382
11.4.2	Entrega ou retificação do Perfil Profissiográfico Previdenciário ...	384
11.4.3	Ações de indenização .....	385
11.4.4	Estabilidade e reintegração de empregados .....	387
11.4.5	Demandas ligadas ao limbo previdenciário.....	388
11.4.6	Complementação de aposentadoria.....	390
11.5	Requisitos da petição inicial no processo do trabalho.....	390
11.6	Legitimidade ativa.....	392
11.7	Substituição processual .....	393
11.8	Legitimação passiva .....	394
11.9	Defesa do réu .....	396
11.10	Aspectos destacados sobre a instrução processual.....	396



11.10.1	A questão do dano <i>in re ipsa</i> nas demandas trabalhistas .....	399
11.11	Sentença .....	399
11.12	Recursos no processo do trabalho .....	401
11.12.1	Depósito recursal .....	401
11.12.2	Recurso ordinário .....	403
11.12.3	Agravo de instrumento .....	403
11.12.4	Recurso de revista .....	404
11.12.5	Embargos de declaração .....	405
11.12.6	Liquidação, execução e o recurso de agravo de petição .....	405
11.13	Penhora de salários e benefícios previdenciários .....	406
11.14	Concessão de assistência judiciária gratuita – isenção de despesas processuais .....	407
11.15	Honorários de sucumbência .....	407
11.16	As provas digitais e o processo do trabalho .....	408
<b>CAPÍTULO 12 – ASPECTOS PROCESSUAIS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....</b>		<b>413</b>
12.1	Competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual .....	413
12.1.1	Prestações comuns previdenciárias .....	414
12.1.2	Competência federal delegada .....	414
12.1.3	Ações acidentárias .....	416
12.1.4	Causas referentes a benefício assistencial – BPC .....	417
12.2	Prévio requerimento na via administrativa .....	417
12.3	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar .....	418
12.4	Gratuidade da justiça e assistência judiciária .....	419
12.5	Prioridade na tramitação dos feitos .....	419
12.6	Pagamentos devidos pelo INSS .....	420
12.6.1	Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	420
12.6.2	Pagamento por precatório .....	421
12.6.3	Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório) .....	423
12.7	Juizados Especiais Federais (JEFs) .....	424
12.7.1	Competência dos JEFs .....	424
12.7.2	Legitimidade .....	425
12.7.3	Recursos previstos no Sistema dos Juizados Especiais Federais .....	425
12.7.4	Cumprimento da sentença .....	430
12.7.5	Custas e honorários advocatícios .....	430

12.8	Prescrição e decadência em matéria de benefícios .....	431
12.8.1	Prescrição de prestações vencidas .....	431
12.8.2	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário .....	434
12.8.3	Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição .....	435
12.8.4	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte .....	436
12.8.5	Possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo... ..	437
12.8.6	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa .....	438
12.8.7	Revisão embasada em sentença trabalhista.....	439
12.8.8	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	439
12.8.9	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência ..	441
12.9	Problemas relacionados ao ônus probatório em matéria previdenciária.....	443
12.10	As provas obtidas por meios digitais.....	448

**CAPÍTULO 13 – EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS NAS ESFERAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA..... 451**

13.1	Eficácia da coisa julgada.....	451
13.1.1	Coisa julgada trabalhista.....	453
13.1.2	Efeitos das decisões judiciais perante terceiros.....	455
13.1.3	Coisa julgada previdenciária.....	456
13.2	Decisões proferidas pela Justiça do Trabalho e seus reflexos previdenciários.....	462
13.3	Decisões em matéria acidentária .....	465
13.4	Precedentes relacionados com benefícios do RGPS e previdência complementar privada.....	466

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 473**

**ANEXOS**

Anexo 1 – Súmulas e Enunciados em matéria trabalhista e previdenciária....	479
Anexo 2 – Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários .....	511

## ABREVIATURAS

---

- AC – Apelação Cível
- ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade
- ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade
- AgR – Agravo Regimental
- AI – Agravo de Instrumento
- AISS – Associação Internacional de Seguridade Social
- AMS – Apelação em Mandado de Segurança
- AP – Agravo de Petição
- APSAI – Agência da Previdência Social Atendimento Acordos Internacionais
- Ap. MS – Apelação em Mandado de Segurança
- APELREEX – Apelação em Reexame Necessário
- APS – Agências da Previdência Social
- ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
- BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
- CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
- CDA – Certidão de Dívida Ativa
- CDAM – Certificado de Direito a Assistência Médica no Exterior
- CEI – Cadastro Específico do INSS
- CF – Constituição da República Federativa do Brasil
- CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional
- CID – Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
- CLPS – Consolidação das Leis da Previdência Social (revogada)
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

- CND – Certidão Negativa de Débito
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais
- CNO – Cadastro Nacional de Obras
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
- CNSS – Conselho Nacional do Seguro Social
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CP – Código Penal
- CPC – Código de Processo Civil
- CPD – Certidão Positiva de Débito
- CPEND – Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos
- CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira
- CPP – Código de Processo Penal
- CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
- CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária
- CRPS – Conselho de Recursos da Previdência Social
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- CSRF – Câmara Superior de Recursos Fiscais
- CTN – Código Tributário Nacional
- CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
- DA – Data do Acidente
- DAA – Declaração de Ajuste Anual
- DAT – Data do Afastamento do Trabalho
- DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
- DCB – Data de Cessação do Benefício
- DCTFWeb – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos
- DD – Data do Desligamento
- DDB – Data do Despacho do Benefício
- DE – Diário Oficial Eletrônico
- DER – Data de Entrada do Requerimento
- DIB – Data de Início do Benefício

- DII – Data de Início da Incapacidade
- DIP – Data de Início do Pagamento
- DJ – Diário da Justiça
- DJe – Diário da Justiça Eletrônico
- DJU – Diário da Justiça da União
- DN – Data de Nascimento
- DO – Data do Óbito
- DOU – Diário Oficial da União
- DPE – Data da Publicação da Emenda (EC n. 20/98)
- DPL – Data da Publicação da Lei (Lei n. 9.876/99)
- DPR – Data do Pedido de Revisão
- DPVAT – Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
- DRE – Data de Realização do Exame
- DRJ – Delegacia da Receita (Federal do Brasil) de Julgamento
- DRP – Delegacia da Receita Previdenciária
- DRPSP – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
- EC – Emenda Constitucional
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
- EGU – Encargos Gerais da União
- EPC – Equipamento de Proteção Coletiva
- EPI – Equipamento de Proteção Individual
- EPU – Encargos Previdenciários da União
- eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
- FAP – Fator Acidentário de Prevenção
- FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FLPS – Fundo de Liquidez da Previdência Social
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FNPS – Fórum Nacional da Previdência Social
- FNS – Fundo Nacional de Saúde
- FPAS – Fundo de Previdência e Assistência Social
- FPE – Fundo de Participação dos Estados
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

- FUNRURAL – Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural
- GEX – Gerência Executiva
- GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
- GPS – Guia da Previdência Social
- GRCI – Guia de Recolhimento do Contribuinte Individual
- GRPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social
- HC – Habeas Corpus
- HISATU – Histórico de Atualização
- HISCNS – Histórico de Consignação
- HISCOMP – Histórico de Complemento Positivo
- HISCRE – Histórico de Créditos
- IAC – Incidente de Assunção de Competência
- IAPC – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- IE – Imposto de Exportação
- IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
- II – Imposto de Importação
- IN – Instrução Normativa
- INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (extinto)
- INCC – Índice Nacional de Custo da Construção
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- INPS – Instituto Nacional de Previdência Social (extinto)
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- IPC – Índice de Preços ao Consumidor
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
- IR – Imposto de Renda
- IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
- IRSM – Índice de Reajuste do Salário Mínimo
- ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- IUJEF – Incidente de Uniformização nos JEFs
- JEFs – Juizados Especiais Federais
- LBPS – Lei de Benefícios da Previdência Social

- LC – Lei Complementar
- LEF – Lei de Execuções Fiscais
- LI – Limite Indefinido
- LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
- LMP – Laudo Médico Pericial
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social
- LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho
- MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (extinto)
- MEI – Microempreendedor Individual
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- ME – Ministério da Economia
- MF – Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia)
- MP – Medida Provisória
- MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social (extinto)
- MPS – Ministério da Previdência Social (extinto)
- MR – Mensalidade Reajustada
- MS – Mandado de Segurança
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
- MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
- MVR – Maior Valor de Referência
- NB – Número do Benefício
- NFLD – Notificação Fiscal de Lançamento de Débito
- NIT – Número de Identificação do Trabalhador
- NL – Notificação de Lançamento
- NRP – Núcleo de Reabilitação Profissional
- NTDEAT – Nexo Técnico por Doença Equiparada a Acidente do Trabalho
- NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico
- NTP/T – Nexo Técnico Profissional ou do Trabalho
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
- OTN – Obrigações do Tesouro Nacional
- PA – Pensão Alimentícia
- PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do servidor público
- PBC – Período Básico de Cálculo
- PCCS – Plano de Classificação de Cargos e Salários

- PcD – Pessoa com Deficiência
- PCSS – Plano de Custeio da Seguridade Social
- PEA – População Economicamente Ativa
- PEC – Proposta de Emenda Constitucional
- PEDILEF – Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal junto à Turma Nacional de Uniformização dos JEFs
- Pet – Petição
- PIB – Produto Interno Bruto
- PIS – Programa de Integração Social
- PMC – Perícia Médica Conclusiva
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
- PRISMA – Projeto de Regionalização de Informações e Sistemas
- PRP – Programa de Reabilitação Profissional
- PSS – Posto de Seguro Social
- PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor Público Federal – Lei n. 8.112/90
- PU – Pedido de Uniformização
- PUIL – Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
- RAT – Riscos Ambientais do Trabalho
- RE – Recurso Extraordinário
- REFIS – Programa de Recuperação Fiscal
- REsp – Recurso Especial
- RFB – Receita Federal do Brasil
- RG – Repercussão Geral
- RGPS – Regime Geral de Previdência Social
- RM – Renda Mensal
- RMI – Renda Mensal Inicial
- RMR – Renda Mensal Reajustada
- RMT – Remuneração de Mão de Obra Total
- RPA – Relação de Pagamentos Autorizados
- RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social
- RPS – Regulamento da Previdência Social
- RPV – Requisição de Pequeno Valor
- RR – Recurso de Revista
- RRA – Rendimentos recebidos acumuladamente



- RRT – Registro de Responsabilidade Técnica
- RSC – Relação de Salários de Contribuição
- RTT – Regime Tributário de Transição
- SABI – Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade
- SAE – Setor de Atividade Econômica
- SAT – Seguro de Acidentes de Trabalho
- SB – Salário de Benefício
- SC – Salário de Contribuição
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
- SERO – Serviço Eletrônico para Aferição de Obras
- SESC – Serviço Social do Comércio
- SESI – Serviço Social da Indústria
- SEST – Serviço Social do Transporte
- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
- SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
- SICAD – Sistema de Emissão e Cadastramento de Débito
- SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
- SINE – Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego
- SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
- SISBEN – Sistemas de Benefícios
- SISOBI – Sistema Informatizado de Controle de Óbitos
- SISOBINET – Sistemas de Óbitos-Via Internet
- SM – Salário Mínimo
- SMR – Salário Mínimo de Referência
- SPS – Secretaria de Previdência Social
- SRF – Secretaria da Receita Federal
- SRP – Secretaria da Receita Previdenciária
- STF – Supremo Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça
- SUB – Sistema Único de Benefícios
- SUS – Sistema Único de Saúde

- SUSEP – Superintendência Nacional de Seguros Privados
- TJ – Tribunal de Justiça
- TNU – Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
- TR – Turma Recursal
- TRF – Tribunal Regional Federal
- TRT – Tribunal Regional do Trabalho
- TRU – Turma Regional de Uniformização
- TST – Tribunal Superior do Trabalho
- UARP – Unidade de Arrecadação da Receita Previdenciária
- UF – Unidades da Federação
- UFIR – Unidade Fiscal de Referência
- URP – Unidade de Referência de Preços
- URV – Unidade Real de Valor
- UTRP – Unidades Técnicas de Reabilitação Profissional
- VAU – Valor Atualizado Unitário